

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.538 - RO (2019/0213325-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : FRANCISCA BARROSO MENDES
ADVOGADO : NEIDY JANE DOS REIS - RO001268
RECORRIDO : BANCO BMG SA
ADVOGADO : ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO E OUTRO(S) - PE023255
RECORRIDO : BANCO ITAU CONSIGNADO S.A
ADVOGADOS : PATRÍCIA ILNAHRA VIRGOLINO DO NASCIMENTO - RN005926
PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES - RN005424
EDMÁRIA PEDROZA DE LIMA MARQUES - RN012999
JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR E OUTRO(S) - RO009174
LORENA KATO COELHO - RN007647

EMENTA

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS E MATERIAIS. TERCEIRO QUE SE PASSOU PELA PARTE PARA CELEBRAR CONTRATO BANCÁRIO. LESÕES EXTRAPATRIMONIAIS. *QUANTUM*. PRETENDIDA MAJORAÇÃO. AFASTAMENTO. CONFIGURAÇÃO A PARTIR DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS CARREADOS AOS AUTOS. ÓBICE DA SÚMULA 7 DO STJ. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

FRANCISCA BARROSO MENDES (FRANCISCA) ajuizou ação declaratória de inexistência de débito cumulada com danos morais e materiais em desfavor de BANCO BMG CONSIGNADO S/A (BMG) e BANCO ITAU CONSIGNADO S.A. (ITAU), cujos pedidos foram julgados procedentes em parte para determinar que os réus, solidariamente, paguem o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título dos danos morais, acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, bem como correção monetária, a partir da prolação da sentença; restitua, em dobro, os valores descontados indevidamente em folha de benefício da parte autora, pertinentes aos contratos n.ºs. 553270697, 564712549 e empréstimo RMC contrato n.º 8418158, a ser apurado em liquidação, por cálculo de contador, a título de repetição do indébito, acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, bem como correção monetária, a partir da data do desembolso; excluam o nome da parte autora dos órgãos de

Superior Tribunal de Justiça

proteção ao crédito caso tenha sido inscrito pela dívida decorrente do empréstimo RMC contrato 8418158; e excluam imediatamente os descontos realizados no benefício previdenciário da autora referente aos três contratos mencionados (e-STJ, fls. 354/364).

A apelação interposta por ITAU foi parcialmente provida pelo Tribunal rondoniense, nos termos da seguinte ementa:

Inexistência de débito. Desconto indevido em contracheque. Dano moral. Configuração. Repetição do indébito. Manutenção. Valor da indenização compensatória. Minoração. Caracteriza dano moral indenizável o desconto de parcelas não convencionadas entre as partes, privando a autora do valor subtraído, que correspondia a aproximadamente 11,5% de seus rendimentos, situação que extrapola o mero dissabor cotidiano. O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes. Havendo desconto indevido em benefício previdenciário relativo a empréstimo não contratado, é cabível a devolução em dobro, na forma do art. 42 do CDC, parágrafo único, uma vez que não exige má-fé para dar origem ao direito, ressalvando apenas a hipótese de "engano justificável", o que não é o caso dos autos. (e-STJ, fl. 470/471).

Inconformada, FRANCISCA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, a e c, da CF, alegando violação dos arts. 186, 927 e 944 do Código Civil, ao sustentar que o desconto de parcelas de empréstimo consignado celebrado por terceiro em seu nome e considerado fraudulento, aliado à necessidade de ajuizamento e acompanhamento de demanda por alguns anos, teria causado à recorrente, pessoa idosa, transtornos diversos, de modo que se justifica a majoração da reparação por danos morais de R\$ 2.000 (dois mil reais) para R\$ 5.000 (cinco mil reais), tendo em conta a desproporcionalidade entre a gravidade da culpa e o dano incontroverso, eis que não consideraria a ausência de responsabilidade da instituição financeira pela fraude praticada por terceiro para formalizar o contrato discutido na demanda.

Em juízo de admissibilidade, a Presidência do Tribunal rondoniense admitiu o primeiro apelo nobre (e-STJ, fls. 538/539).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto

Superior Tribunal de Justiça

contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

FRANCISCA questiona o valor atribuído aos danos morais em virtude de descontos indevidos efetuados pela instituição financeira oriundos de contrato fraudulentamente celebrado por terceiro que se passou pela ora recorrente, afirmando que referida quantia se mostra insuficiente para reparar o correspondente abalo moral.

Quanto ao tema, é certo que a lei não fixa valores ou critérios para a quantificação do dano moral, que, entretanto, deve ter assento na regra do art. 944 do CC/02. Por isso, esta Corte tem se pronunciado reiteradamente no sentido de que o valor de reparação do dano moral deve ser arbitrado em montante que desestime o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido para a vítima.

No caso dos autos, o TJRO, ao reduzir o valor fixado pela sentença de R\$ 5.000,00 (cinco mil) para R\$ 2.000,00 (dois mil reais), o fazendo em atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, observando o grau de culpa, o nível sócio-econômico da parte ofendida, ao porte do ofensor, e, ainda, levando em consideração as circunstâncias do caso.

Desse modo, para se alterar tal entendimento é necessário a reavaliação de fatos e provas constantes dos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos da mencionada Súmula nº 7 desta Corte.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator